

JOSIANE MASSANEIRO

**ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA A PARTIR DA
METODOLOGIA DO MARCO LÓGICO – O CASO DO VALE DO RIBEIRA**

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Wellington Pereira

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIANE MASSANEIRO

ANÁLISE DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA A PARTIR DA
METODOLOGIA DO MARCO LÓGICO – O CASO DO VALE DO RIBEIRA

Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná em 03/12/2009, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Wellington Pereira

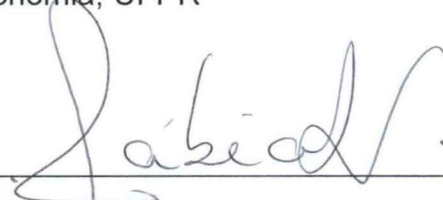
Departamento de Economia, UFPR



Profª. Dayane Rocha

Profª. Dayane Rocha

Departamento de Economia, UFPR



Prof. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Economia, UFPR

Aos meus pais, João e Rosi,
e a minha avó, Rita,
por me orientarem sempre
pelos melhores caminhos

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações	VIII
RESUMO.....	IX
INTRODUÇÃO	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
1.1 CONCEITUAÇÃO METODOLÓGICA	3
1.2 ELABORAÇÃO DE PROJETOS A PARTIR DO MARCO LÓGICO	7
1.2.1 Análise dos envolvidos	7
1.2.2 Análise do problema.....	8
1.2.3 Análise do objetivo	9
1.2.4 Seleção da estratégia ótima	10
1.2.5 Elaborar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP).....	11
1.2.6 Matriz do Marco Lógico	12
1.2.6.1 Resumo narrativo de objetivos e atividades	13
1.2.6.2 Indicadores	14
1.2.6.3 Meios de verificação	15
1.2.6.4 Hipóteses	15
1.3 CONTRIBUIÇÕES PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ..	16
2 VALE DO RIBEIRA PARANAENSE.....	18
2.1 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIBEIRA	18
2.2 A REGIÃO	18
2.3 CAUSAS DO BAIXO DESENVOLVIMENTO.....	21
2.4 CONSEQUÊNCIAS NO CURTO E NO LONGO PRAZO	23
2.5 POLÍTICAS ALTERNATIVAS	24
3 PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	26
3.1 METODOLOGIA E ÁREAS DE ATUAÇÃO	27
3.2 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO VALE DO RIBEIRA - PR	30
3.3 ANÁLISE DO PROGRAMA DESDE SUA CRIAÇÃO – RESULTADOS	33
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXOS	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.2.6 – ESTRUTURA DA MATRIZ DO MARCO LÓGICO	13
TABELA 2.1 – IDH DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ	20
TABELA 2.2 – PIB PER CAPITA – VALE DO RIBEIRA/2006	21
TABELA 2.2.1 –VALE DO RIBEIRA PR – TAXA DE POBREZA (%)	22
TABELA 2.3.1 – FLUXO MIGRATÓRIO - VALE DO RIBEIRA PR	23
TABELA 3.3.3 (A)– AÇÕES 100% CONCLUÍDAS ATÉ 31/08/2009 (2008).....	34
TABELA 3.3.3 (B)– AÇÕES >50% CONCLUÍDAS ATÉ 31/08/2009 (2008).....	36

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.2.2 – ÁRVORE DE PROBLEMAS.....	9
FIGURA 1.2.3 – ÁRVORE DE OBJETIVOS	10
FIGURA 1.2.5 – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO	12
FIGURA 3.1 – CICLO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EAP	- Estrutura Analítica do Projeto
FIRJAN	- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
ILPES	- Instituto Latinoamericano y dei Caribe de Planificación Económica y Social
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEADATA	- Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil
LFA	- Logical Framework Approach
MML	- Metodologia do Marco Lógico
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEAP/PR	- Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República
TRAF	- Turismo Rural na Agricultura Familiar
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	- Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional/ United States Agency for International Developments

RESUMO

A metodologia usada para a elaboração, aplicação e acompanhamento de um projeto ou programa está diretamente ligado ao seu sucesso ou fracasso. Assim, este trabalho tem por objetivo avaliar a condução do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal usando como modelo a Metodologia do Marco Lógico. Para isso faz-se uma análise quantitativa dos resultados obtidos desde o início de sua execução, e outra comparativa, centrada apenas nos objetivos propostos e posteriormente atingidos, tudo isso usando como pano de fundo a Região do Vale do Ribeira no Estado do Paraná. Nota-se que os resultados vêm sendo parcialmente atingidos, e quando não, isso se deve principalmente à gestão e execução dos projetos. Percebe-se também que a parte operacional dos programas e projetos que compõem o Programa Territórios da Cidadania, responsabilidade dos próprios territórios, recebe tratamento secundário, o que vai contra a proposta de gestão eficaz defendida neste trabalho. Entretanto, deve-se admitir que há, na estrutura do Programa, a presença da Metodologia do Marco Lógico, como por exemplo no Plano de Execução, que nada mais é que a Matriz do Marco Lógico aplicada. Ao lançar o Programa, em 2008, o governo fez uma projeção das metas a serem atingidas, as quais vêm sendo trabalhadas pelos municípios, órgãos responsáveis e a comunidade. A conclusão a que se chega é que a condução dos projetos que compõem o Programa não está sendo bem gerida e que os resultados estão comprometidos justamente por essa deficiência de gestão.

Palavras-chave: Programas, Metodologia do Marco Lógico, Territórios da Cidadania, Vale do Ribeira-PR.

INTRODUÇÃO

O êxito de programas e projetos está diretamente ligado ao processo de preparação, execução e avaliação. A escolha da metodologia que será usada para a elaboração é fundamental para o sucesso. A parte operacional, através da execução das etapas propostas, encerra o rol de fatores essenciais para que o objetivo seja logrado. Outras situações também devem ser consideradas, como o conhecimento profundo do projeto e fatores que escapam ao âmbito de influência (externalidades) também estão diretamente ligados ao processo.

Nesse sentido, a Metodologia do Marco Lógico (MML) propõe técnicas para facilitar a elaboração e aplicação de programas e projetos. Criada na década de 80, esta metodologia é mais que uma ferramenta de organização da informação, é um conjunto de conceitos inter-relacionados que definem o porquê da intervenção (causas), bem como o que deve ser feito para superar a situação problema.

Atualmente a metodologia é uma das mais difundidas e utilizadas por planejadores. Sua ampla disseminação a tem tornado praticamente obrigatória na fase de formulação de projetos. No Brasil, por exemplo, podemos verificar a aplicação nos projetos que compõe o Programa Territórios da Cidadania.

O Programa foi criado em 2008 pelo Governo Federal em parceria com os governos estaduais e municipais, e atende a 120 territórios em todo o Brasil. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento regional sustentado, principalmente crescimento econômico e redução das desigualdades sociais e regionais, a partir de um conjunto de ações integradas, específicas para cada local. Como exemplo, temos o projeto Luz Para Todos, o qual faz parte do Programa e do conjunto de ações para o território ao qual está sendo aplicado.

A estrutura do Programa é baseada na Matriz do Marco Lógico, etapa esta proposta pela metodologia e que tem o objetivo de resumir em apenas um único quadro todas as fases do projeto. A inovação do Programa está justamente nos principais pontos defendidos na metodologia, a saber: hierarquização do processo de planejamento; participação dos envolvidos, com destaque para a população local; identificação do problema (apenas um); e a elaboração de propostas e atividades para resolvê-lo.

Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a condução do Programa Territórios da Cidadania, partindo dos conceitos da Metodologia do Marco Lógico. Como o Programa é de abrangência nacional, fez-se a escolha de um território específico para estudo: a Região do Vale do Ribeira no Paraná.

O Vale do Ribeira é composto por sete cidades paranaenses, caracterizadas pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A estagnação econômica e as desigualdades da região, quando comparadas às demais regiões do estado, são fatores que contribuem para sua escolha, como área para aplicação de projetos e programas desenvolvimentistas.

Visto que o Programa foi implantado em 2008 na região, buscou-se verificar os resultados obtidos dos projetos desde a sua implantação, identificando as possíveis falhas, estruturais e de execução.

Para cumprimento do objetivo, o presente trabalho se estrutura sobre três capítulos. O primeiro busca explicar a importância da Metodologia do Marco Lógico para a elaboração de programas e projetos variados, utilizando-se para tal fim do material desenvolvido pela CEPAL, Comissão Europeia e BID. Ainda neste capítulo propõe-se uma relação dos programas e projetos em geral com ações voltadas ao desenvolvimento econômico regional.

No segundo capítulo descreve-se a região escolhida como área de aplicação do Programa – o Vale do Ribeira paranaense. É feita uma análise geral das características como aspectos econômicos, sociais e geográficos. Também são discutidas possíveis causas e consequências do baixo desenvolvimento.

Já no terceiro capítulo, apresenta-se o Programa Territórios da Cidadania, com informações gerais desde sua criação. Posteriormente faz-se a análise do Programa no Vale do Ribeira, discutindo as políticas inicialmente propostas e os resultados obtidos ao longo desses 18 meses de aplicação. Os dados quantitativos deste capítulo subsidiam a avaliação do Programa.

Finalmente, na conclusão faz-se uma reflexão a respeito dos resultados a partir de uma comparação com a proposta inicial e suas metas. Pode-se verificar que o Programa, de maneira geral, apresenta bons resultados e quando não, as causas estão diretamente relacionadas às falhas na execução dos projetos por parte das autoridades e representantes locais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo busca explicar a Metodologia do Marco Lógico, qual sua importância e contribuição como orientação para a elaboração de projetos. Para isso divide-se em três partes: a primeira trata da conceituação e os fundamentos da metodologia, na qual se destacam estudos do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a segunda parte busca explicar o processo de elaboração de projetos com o auxílio do Marco Lógico com base no proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); por fim, a terceira parte trata da importância do método para a elaboração de projetos de desenvolvimento regional, especificamente a Região do Vale do Ribeira Paranaense – objeto central do presente trabalho.

1.1 CONCEITUAÇÃO METODOLÓGICA

Segundo estudos realizados pela Comissão Europeia (2001), até a década de 70 a elaboração de projetos e programas se desenvolveu sem um planejamento estratégico que pudesse orientar as ações dos países, regiões, municípios ou instituições para o desenvolvimento integral. As atividades, os objetivos e o êxito esperado dos programas e projetos não estavam claramente relacionados, havia dificuldades em se determinar os indicadores e a responsabilidade para o gerenciamento. Segundo estimativas realizadas pelo BID (1997), sobre os empréstimos aprovados em 1994, revelaram que nem todos os projetos continham os elementos básicos necessários para o acompanhamento do seu progresso, ou ao menos para posteriormente determinar se os objetivos foram alcançados.

Muitas vezes os planos possuíam múltiplos objetivos que não estavam relacionados às atividades do projeto. A destinação dos recursos era direcionada a múltiplas direções, as quais nem sempre podem estar de acordo com as prioridades ou necessidades básicas do projeto. A pouca precisão do planejamento levou a empresa de consultoria Praticai Concepts Inc., a partir de um contrato com a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional/ United States Agency

for International Developments (USAID), a conceber, em 1969, a Metodologia do Marco Lógico (MAGALHÃES, 2008, p.8).

A Metodologia do Marco Lógico (MML), do inglês Logical Framework Approach (LFA), foi criada por Leo Rossenberg e Lawrence Posner. Em 1980 a empresa de consultoria Team Technologies incorporou elementos novos de análise como a participação da população nos resultados do projeto. Desde então, tornou-se a metodologia mais difundida para programas e projetos e é utilizada pelas principais agências internacionais como o BID, ONU, Pnud, OMS, FAO, Bird e a União Européia.

Originalmente o método foi elaborado para resolver problemas comuns dos projetos, principalmente:

- Projetos carentes de precisão, com múltiplos objetivos os quais não estavam relacionados às atividades propostas.
- Projetos sem êxito, onde a responsabilidade do gerente não estava claramente definida.
- Não havia o planejamento de como seria se obtivesse sucesso no projeto, isso leva a problemas de comparação onde não há base objetiva para o planejamento.

Surge como um instrumento desenvolvido, para o desenho e planificação de projetos, facilitando o processo de conceituação, execução e avaliação. Propõe uma estrutura que busca finalmente comunicar e integrar os elementos essenciais sobre um projeto ou programa. Sem a necessidade de métodos matemáticos sofisticados, o Marco Lógico é uma metodologia acessível, mas com rigor científico para a elaboração e monitoramento de projetos sociais. A ênfase principal está na orientação por objetivos, na orientação a grupos beneficiários e na participação e comunicação entre as partes envolvidas. Este método permite uma análise que apresenta, de forma sistemática e lógica, os objetivos de um programa ou projeto. Segundo a Comissão Européia, "... el <<instrumento maestro>> a partir dei cual se elaboran otros instrumentos, el calendario de ejecución y el plan de monitoreo..." (2001, p. 8).

Sua ampla aceitação nos últimos anos, entre os administradores e planificadores, se deve a inúmeras vantagens quando comparado a outros métodos com similar finalidade. "É uma ferramenta de trabalho com a qual o

avaliador pode examinar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas.” (EVO, 1997, p. 21). Segundo os criadores do método:

Puede utilizarse en todas las etapas del proyecto: En la identificación y valoración de actividades que encajen en el marco de los programas país, en la preparación del diseño de los proyectos de manera sistemática y lógica, en la valoración del diseño de los proyectos, en la implementación de los proyectos aprobados y en el Monitoreo, revisión y evaluación del progreso y desempeño de los proyectos. (USAID, 1996, p. 2).

Como ferramenta de trabalho, o marco lógico permite ao avaliador examinar o desempenho de um projeto em todas as suas partes. É por meio deste instrumento metodológico que os desenhistas de projetos podem entender melhor a natureza dos problemas que estão tratando de resolver. Inúmeras vantagens são percebidas com a adoção desta técnica como: (a) usa uma terminologia uniforme a qual facilita a comunicação e serve para reduzir ambiguidades; (b) usa um formato para chegar a acordos precisos sobre os objetivos, metas e riscos do projeto que compartilham os diferentes fins relacionados com o projeto; (c) enfoca o trabalho técnico nos aspectos críticos; (d) utiliza da informação para organizar e preparar de forma lógica o plano de execução do projeto; (e) utiliza informações necessárias para a execução, monitoração e avaliação do projeto; (f) em apenas um quadro pode expressar a informação mais importante sobre um projeto (ILPES, 2005, p. 17).

A MML ajuda nas decisões, pois fornece maior informação sobre o projeto, apresenta argumentos valiosos para a gestão dos programas, facilita o controle das metas de custo, quantidade, qualidade e tempo, e favorece a transparência e acessibilidade da informação como requisito básico para o prosseguimento. Serve como instrumento que liga a efetividade e a eficiência dos projetos e programas com as metas dos planos. No momento atual em que vivemos, com cenários dinâmicos e mutáveis, a “capacidade de adaptação” da MML se sobressai sobre os demais métodos (ILPES, 2005, p.18).

No planejamento estratégico do Marco Lógico há uma relação de coordenação técnico-funcional que é necessária para que os programas e projetos cumpram com as metas para as quais foram desenhados. Segundo o ILPES, para esta relação existem três níveis básicos que devem complementar-se, retroalimentar-se e coordenar-se para atingir a coerência das ações e esforços. No nível estratégico se apresentam as grandes prioridades e metas, marcam o rumo e

a velocidade sobre o que se quer fazer, como se quer fazer, com quem e para quem. Depois estaria o nível programático onde está o vínculo entre as partes do projeto, é a conexão entre o macro e o micro. E por último temos o nível operativo onde se desenham e executam os programas e projetos em nível setorial, local ou municipal com tempo mais limitado e objetivos mais específicos.

A Metodologia é dividida em duas etapas sequenciais que se desenvolvem no ciclo de vida do projeto:

- Identificação do problema e alternativas de solução, onde se analisa a situação atual para criar uma visão da situação futura (e desejada) e selecionar as estratégias que serão aplicadas para alcançá-la. Dentro desta etapa existem quatro tipos de análises para se realizar: a análise dos envolvidos, a análise de problemas (realidade), a análise dos objetivos (futuro, situação melhor) e a análise de estratégias com a comparação de alternativas (Comissão Europeia, 2001, p.2).
- Etapa de planificação, na qual a idéia do projeto é posta em prática. É elaborado um plano operativo para execução e a Matriz do Marco Lógico. Há a definição cronológica das atividades e dos recursos a serem realizados (Comissão Europeia, 2001, p.2).

A Matriz do Marco Lógico surge como o resultado da Metodologia do Marco Lógico. Ela resume o que o projeto pretende fazer e como, quais são as hipóteses principais e como os insumos e produtos do projeto serão monitorados e avaliados.

Outro fator importante a ser lembrado aos envolvidos em elaboração de projetos que possam vir a utilizar o Marco Lógico: o êxito do projeto não depende apenas de um bom desenho, também requer uma execução eficaz. A Metodologia do Marco Lógico é uma “ajuda para pensar” e não um substituto para a análise criativa (ILPES, 2005, p. 15). Para se alcançar o êxito de um programa ou projeto é necessário uma sintonia de ordem nacional e regional, capacidade de organização da equipe ou órgãos responsáveis, um financiamento adequado e oportuno, respaldo técnico e humano, um esforço sistêmico por parte dos envolvidos, uma interação ordenada entre as instituições e os recursos.

O instrumento metodológico é condicionado à informação que se dispõe e a qualidade da análise do projeto. Apenas refletirá as debilidades e

incongruências se a análise inicial não for realizada com o devido cuidado ou se não há informação confiável necessária. Outro fator importante que deve ser citado é sua forma dinâmica, necessita ser avaliado com frequência e revisado durante a execução, em função da evolução da situação.

1.2 ELABORAÇÃO DE PROJETOS A PARTIR DO MARCO LÓGICO

A partir de uma situação problemática e da motivação para resolvê-la é que nasce o processo de planificação. A estrutura da Metodologia do Marco Lógico, como ferramenta para a elaboração de projetos e programas, pode ser vista a seguir, e cada um de seus elementos será mostrado de forma prática e com quadros ilustrativos. Todo o processo de elaboração, avaliação e desenho de programas e projetos estão baseados na Série de Manuais elaborados por Edgar Ortegón, Juan Francisco Pacheco e Adriana Prieto (CEPAL, 2005).

1.2.1 Análise dos envolvidos

Nesta análise é importante salientar o papel que qualquer pessoa, grupo, instituição ou empresa, que possui algum vínculo com o projeto, terá ao longo do processo de criação e aplicação do projeto. É possível a otimização dos benefícios, sociais e institucionais, e a limitação dos impactos negativos através da análise de interesses. Quando se leva em conta as expectativas e interesse dos envolvidos pode-se aproveitar e potencializar o apoio daqueles com interesses coincidentes ao projeto, diminuir a oposição daqueles com interesses opostos e conseguir o apoio dos indiferentes.

Além da identificação, a análise implica ainda em investigar o poder relativo e capacidade de participação dos envolvidos, definir sua posição (se de cooperação ou conflito) e qual o nível de relação (nacional, regional ou local). Com o resultado da análise faz-se necessário a interpretação e definição de como incorporar ao desenho do projeto. É necessário que essa análise das partes interessadas seja feita logo no início, nas fases de identificação e estruturação do projeto.

1.2.2 Análise do problema

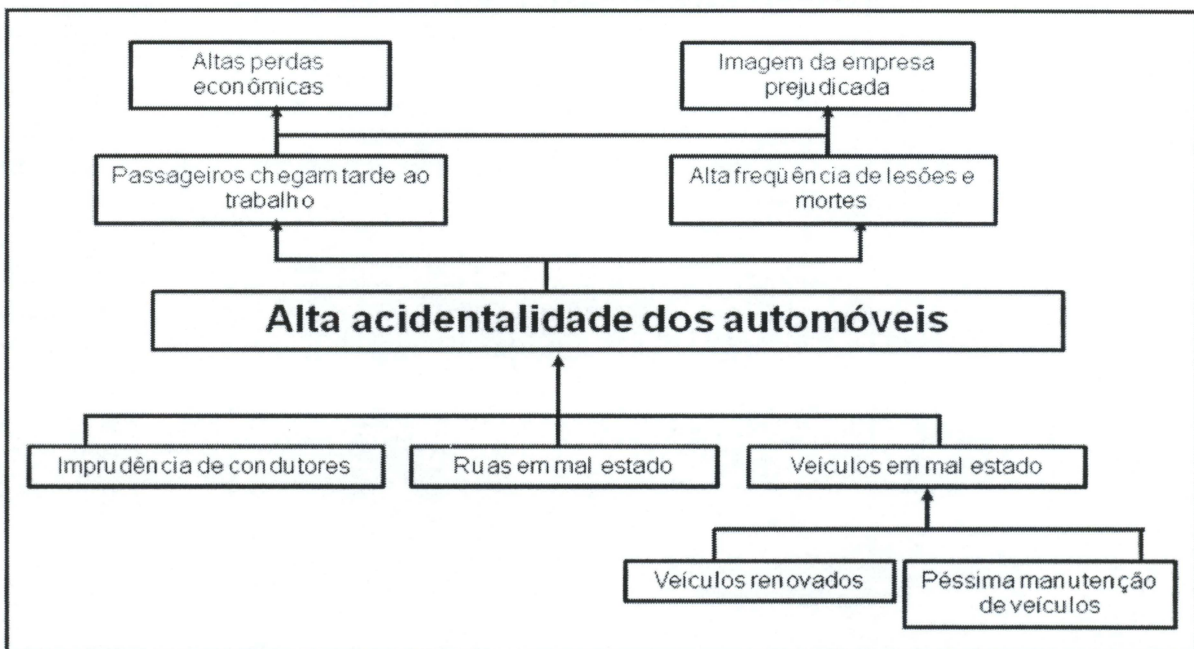
A identificação do problema central a ser tratado deve estar detalhada nesta etapa de elaboração, assim como as causas e efeitos. Na análise identificamos os aspectos negativos da situação existente. O procedimento contempla os seguintes passos:

- Primeiro analisar e identificar com precisão o que se considera como problemas principais da situação a ser abordada.
- A partir das várias situações estabelecer o problema central que afeta a cidade, região ou país. Deve-se aplicar critérios de prioridade e seletividade.
- Definir quais são os efeitos/consequências mais importantes do problema, verificando assim sua real importância.
- Definir quais são as causas/origens do problema central, identificar quais elementos ou situações que poderiam estar provocando o problema.
- Construir uma árvore de problemas, uma imagem completa da situação negativa existente.
- Por último, revisar a validade e integridade da árvore elaborada, quantas vezes for necessário. Isto representa avaliar se as causas representam realmente as causas do problema e se os efeitos realmente são os efeitos, se o problema está bem definido e se as relações estão bem expressadas.

A análise apresenta-se em forma de um diagrama, a árvore de problemas, onde na parte superior estão os efeitos, na parte inferior as causas e no centro está o problema. O que se pretende é identificar os obstáculos reais, considerados como prioritários e que devem ser vencidos. Enquanto não se completa o projeto, a árvore de problemas é uma imagem completa de uma situação negativa existente.

Exemplo ilustrativo:

FIGURA 1.2.2 – ÁRVORE DE PROBLEMAS



FONTE: ILPES, 2005, p. 17.

1.2.3 Análise do objetivo

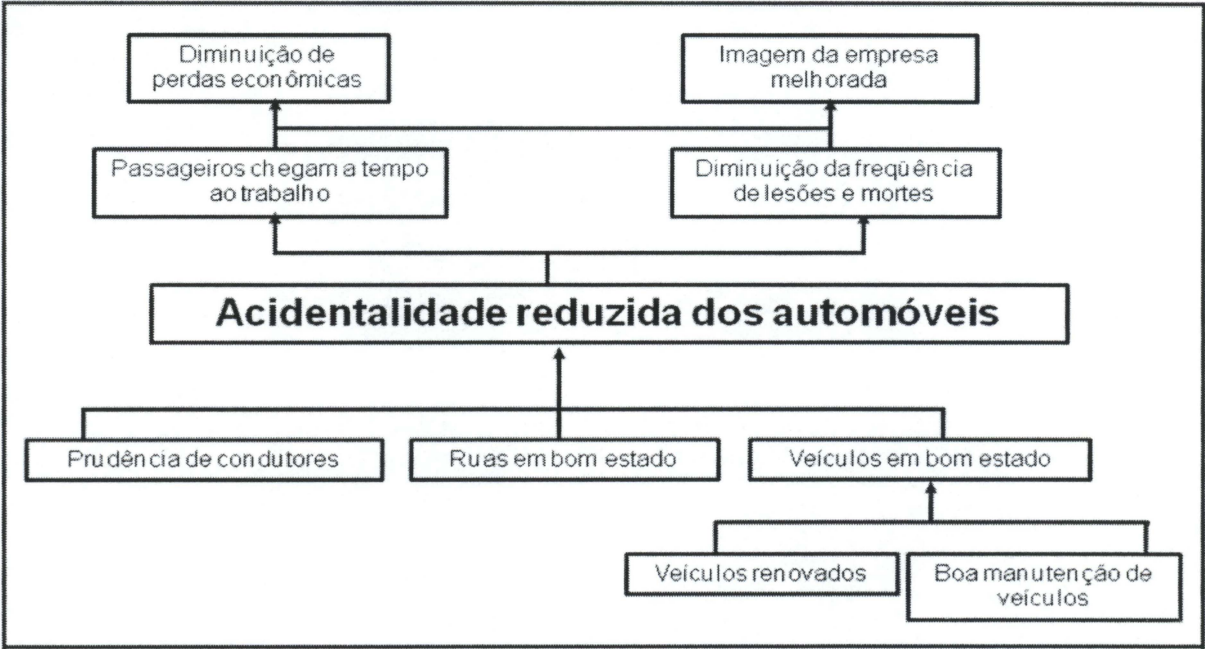
Através desta análise é possível, a partir da resolução do problema, criar um panorama da situação futura a que se deseja chegar. Basta converter os estados negativos da árvore de problemas em estados positivos, ou seja, soluções para os problemas. Os estados positivos nada mais são que os objetivos a serem atingidos, e se apresentam em um diagrama onde se observa a hierarquia dos meios e dos fins. Esta árvore de objetivos permite ter uma visão clara e global da situação positiva desejada.

Após a elaboração da árvore de objetivos é necessário examinar as relações dos meios e fins para garantir a validade e integridade do esquema proposto. Ao se identificar inconsistências nas causas e consequências deve-se voltar a revisar a fim de detectar as falhas que se podem ter produzido. Se após a verificação é constatada a necessidade de modificação de alguns elementos, o projeto deve sofrer mudanças como a inclusão ou retirada de objetivos e a reestruturação dos objetivos mantidos. Uma característica importante do método é a sua flexibilidade a qual permite que, ao longo do processo de elaboração e aplicação, se possa aperfeiçoar e otimizar os resultados. Se alguns objetivos não podem ser realizados por meio do projeto previsto, eles devem fazer parte de

outros projetos, ou se alguns objetivos se apresentam meio irrealistas deve-se renunciar e encontrar outra alternativa.

Seguindo o exemplo ilustrativo anterior:

FIGURA 1.2.3 – ÁRVORE DE OBJETIVOS



FONTE: ILPES, 2005, p. 18.

1.2.4 Seleção da estratégia ótima

A estratégia ótima se apresenta como a melhor opção dentre as possíveis e viáveis de serem aplicadas. Ela é definida a partir da árvore de problemas. Os meios que estão mais abaixo no diagrama são as raízes do problema, os quais sendo solucionados geram os melhores resultados para se atingir o objetivo desejado. Dito de outra forma, quando se elimina os meios mais baixos da árvore, elimina-se também as causas mais profundas da situação problemática.

A seleção da melhor estratégia vem da escolha de uma alternativa para alcançar o objetivo desejado. É durante essa análise que se convém determinar quais objetivos estarão dentro e fora da intervenção. Seleciona-se a estratégia não somente mais viável em termos econômicos, técnicos, legais e ambientais, se não também pertinente, eficiente e eficaz. Para selecionar uma alternativa faz-se uma avaliação e comparação entre as identificadas como possíveis soluções do problema, realizando diferentes análises como:

- Diagnóstico da situação (áreas de estudo e influência, população objetivo, demanda, oferta e déficit).
- Estudo técnico de cada alternativa (localização, tamanho, tecnologia, tempo de duração).
- Análise dos custos das atividades que cada alternativa demanda.
- Análise dos benefícios e probabilidade de êxito.
- Faz-se uma comparação através de alguns critérios e indicadores e desta comparação selecionamos a que mostra melhores resultados.

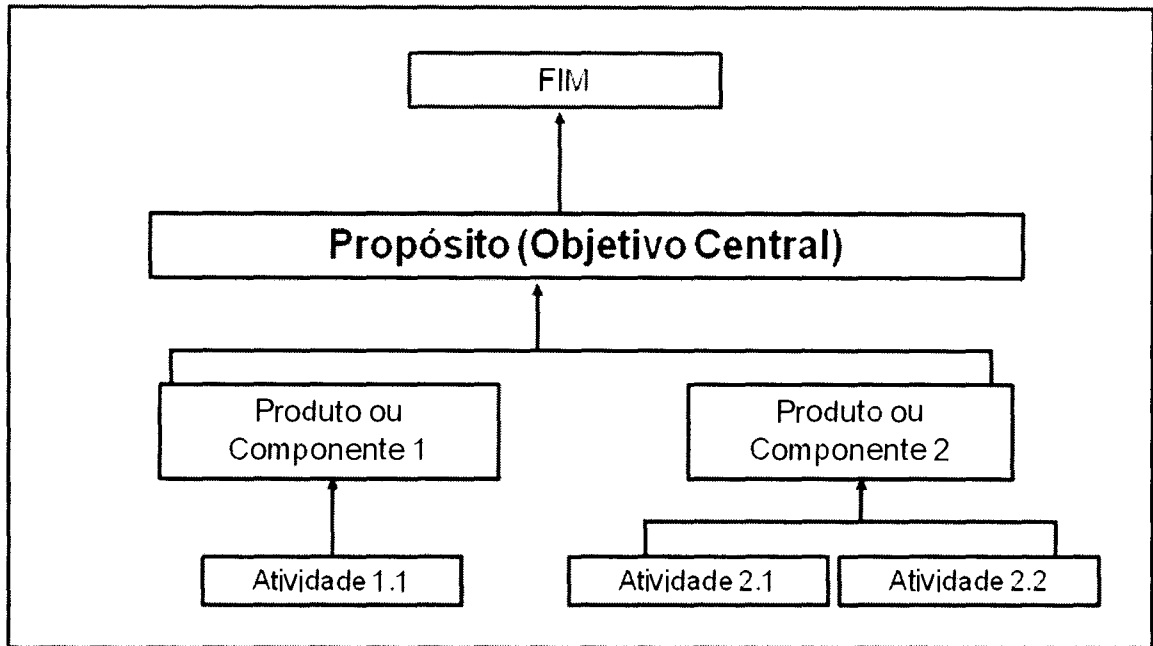
Conforme a quantidade de trabalho implicado, após a escolha da estratégia, se define o tipo de intervenção, se do tamanho de um projeto, ou se do tamanho de um programa composto de vários projetos.

1.2.5 Elaborar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

Antes da construção da Matriz do Marco Lógico é recomendável a construção da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) para estabelecer os níveis hierárquicos, como o fim, o objetivo central do projeto, os componentes e as atividades. É a partir dessa base que se cria a Matriz do Marco Lógico. A EAP surge como uma esquematização da alternativa mais viável, dividida em quatro níveis hierárquicos que expressam, de maneira geral, uma árvore de objetivos e atividades resumida.

Sua estrutura está baseada na lógica vertical. De baixo para cima, igual a uma árvore, começando pelas atividades na parte inferior, passando para o nível dos componentes, depois para o propósito e finalmente na parte superior se encontram os fins do projeto. Esta ordem de hierarquia permite também ordenar a responsabilidade pela gerência do projeto nas etapas de execução.

FIGURA 1.2.5 – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO



FONTE: ILPES, 2005, p. 20.

Os passos para a construção da EAP são:

- Partindo de cima para baixo, o primeiro ponto a ser definido será o fim ou os fins, dependendo do projeto, os quais são retirados da árvore de objetivos.
- Da mesma forma o problema central é identificado a partir da árvore de objetivos.
- Já para identificar os produtos ou componentes é necessário analisar a informação obtida na identificação de alternativas, qual foi a selecionada e seus custos. Na configuração das alternativas aparecem os produtos e estes se desenvolvem em atividades quando se faz o estudo de custos de cada alternativa.
- Para identificar as ações é preferível revisar o pressuposto da alternativa ótima.

1.2.6 Matriz do Marco Lógico

Nessa etapa de elaboração do projeto é criado um resumo dos aspectos mais importantes, e é onde aparece a alternativa selecionada. Em uma matriz com quatro colunas é descrito as seguintes informações:

- Um resumo narrativo dos objetivos e atividades.

- Indicadores (resultados específicos a serem alcançados).
- Meios de verificação.
- Hipóteses.

Já nas linhas da matriz se apresentam informações sobre os objetivos, indicadores, meios de verificação e hipóteses:

- Fim ao qual o projeto contribui de maneira significativa.
- Propósito alcançado assim que o projeto for executado.
- Componentes/Resultados completados no decorrer da execução.
- Atividades necessárias para produzir os Componentes/Resultados.

TABELA 1.2.6 – ESTRUTURA DA MATRIZ DO MARCO LÓGICO

Resumo Narrativo de Objetivos	Indicadores	Meios de Verificação	Hipóteses
Fim			
Propósito			
Componentes			
Atividades			

FONTE: ILPES, 2005, p. 23.

A partir da Matriz podemos visualizar dois pontos importantes: a lógica vertical e horizontal. A Matriz é elaborada de tal forma que podemos examinar os vínculos de baixo para cima entre os níveis de objetivos, a essa causalidade chamamos de lógica vertical. Assim as atividades são necessárias para produzir os componentes, os componentes são necessários para atingir o propósito, e por fim, se logramos atingir o propósito, o fim também será alcançado.

A lógica horizontal é composta pelo conjunto de objetivos, indicadores e meios de verificação. Os meios de verificação identificados são necessários e suficientes para obter os indicadores. Quando os indicadores estão bem definidos, há uma adequada avaliação e bom seguimento no êxito do objetivo.

Cada um dos elementos que compõe a Matriz do Marco Lógico está descrito no item subsequente:

1.2.6.1 Resumo narrativo de objetivos e atividades

Para o item Fim, dentro da matriz e localizado na coluna do resumo narrativo de objetivo e atividades, deve ser feita a seguinte questão: por que o projeto é importante para os beneficiários e a sociedade?

A partir do diagnóstico de um problema de nível superior e importância nacional, setorial ou regional, é feita uma descrição da solução. O fim representa um objetivo de desenvolvimento, descreve o impacto a longo prazo e ajuda a estabelecer o contexto no qual o projeto se encaixa. É importante ressaltar que o projeto não será suficiente para atingir o fim proposto, ele contribui de maneira significativa. Outro ponto importante, a definição do fim não implica que ele será alcançado logo após o funcionamento do projeto, o fim é um objetivo de longo prazo.

Para o item Propósito a seguinte pergunta deve ser feita: por que o projeto é necessário para os beneficiários? A resposta deve descrever o efeito direto ou resultado esperado ao final do período de execução. A Matriz do Marco Lógico requer que um projeto tenha somente um propósito, para que haja clareza e não ambiguidade.

Na descrição Componentes é feita uma análise do que será entregue pelo projeto. As obras, estudos, serviços e capacitação específica são exemplos de componentes requeridos para a produção dos pressupostos acordados. Cada um dos componentes tem que ser necessário para que se consiga atingir o propósito, e se supõe que se cada componente é produzido adequadamente o propósito será atingido. Devem ser expressos claramente e, na Matriz, definem-se como resultados.

Por último as Atividades partem da pergunta básica: o que se fará? As atividades são aquelas que o executor deve fazer para produzir cada componente, é o ponto de partida do plano de execução. Dito de outra forma, são as ações que o projeto deve seguir para obter os resultados: resume o que se executará. Como implicam a utilização de recursos devem estar em ordens cronológica e agrupada por componentes.

1.2.6.2 Indicadores

Os indicadores apresentam as informações necessárias para determinar o progresso até atingir os objetivos estabelecidos pelo projeto, são descrições operativas. No item Fim e Propósito os indicadores tornam específicos e claros os resultados esperados em três dimensões: quantidade, qualidade e tempo. Na Matriz deve aparecer a quantidade mínima de indicadores para que se possa

concluir se o propósito será atingido. Estes indicadores devem ser obtidos a custos razoáveis, de preferência nas fontes já existentes, e servem para medir as mudanças atribuídas ao projeto.

Os indicadores dos Componentes são descrições breves dos estudos, capacitação e obras dos projetos, e também devem especificar quantidade, qualidade e tempo. Os indicadores de Atividades são pressupostos do projeto e se apresentam como o conjunto de atividades que geram um componente.

Assim para a coluna dos indicadores é necessário verificar que: os indicadores de propósito não sejam um resumo dos componentes e, sim, uma medida do resultado de ter os componentes em operação; os indicadores de propósito meçam o que é importante; todos os indicadores estejam especificados em termos de quantidade, qualidade e tempo; o pressuposto seja suficiente para levar em frente às atividades identificadas. Um bom indicador deve ser específico, mensurável, disponível e pertinente.

1.2.6.3 Meios de verificação

É através da Matriz do Marco Lógico que os executores e avaliadores podem obter informações sobre os indicadores. As fontes de verificação indicam onde e de que forma se podem encontrar as informações a respeito do objetivo e dos resultados. Os custos e as fontes de financiamento devem aparecer na linha mais baixa da terceira coluna.

1.2.6.4 Hipóteses

Cada projeto compreende riscos ambientais, financeiros, institucionais, sociais, políticos, climatológicos e outros fatores que podem fazer com que o mesmo fracasse. Consideram-se como hipóteses os objetivos não incluídos no projeto e os fatores externos que podem influenciar na execução, os quais escapam do controle configurando em risco. A Matriz requer que se identifiquem os riscos em cada etapa: atividade, componente, propósito e fim. Assim ele aparece como um suposto que deve ser superado para avanço na etapa seguinte.

A pergunta a ser feita é: Quais são os fatores externos que o projeto não controla e que podem gerar problemas para a sua execução e sustentabilidade?

Uma característica importante das hipóteses (ou riscos) é que se definem além do controle direto da gerência do projeto. É necessário identificar as possibilidades com um grau razoável de probabilidade. Assim, deve ser efetuadas questões a respeito do projeto no sentido de encontrar fatores que possam ir mal. O objetivo é encontrar riscos que podem ser evitados incorporando componentes adicionais no mesmo projeto. Também é útil durante a execução, quando a gerência pode antecipar, modificar fatores através de planos de emergência.

1.3 CONTRIBUIÇÕES PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como visto nas seções anteriores, a Metodologia do Marco Lógico é uma importante ferramenta para elaboração de programas e projetos em geral. Desde os simples projetos de âmbito microeconômico, como o aumento de produção de determinado produto, até programas complexos de desenvolvimento nacional e regional que englobem vários objetivos e variáveis.

Desde o início da década de 90 a maioria das Agências de Cooperação dos países da União Européia e da América Latina exigem em todos os projetos, que concursam ou solicitam financiamento, o uso da MML na preparação e avaliação de projetos, com especial destaque a gestão de qualidade das propostas estruturadas e formuladas a partir do uso da metodologia.

Aqui cabe destacar, ainda que de maneira simples, como esse método vem sendo usado atualmente, por parte dos órgãos públicos nacionais, na elaboração de projetos e programas com vistas ao crescimento e desenvolvimento econômico. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já incorporou o método, junto com outras ferramentas, como forma de avaliação de projetos e programas, públicos e privados.

A importância do método como uma “ajuda para pensar” pode ser verificada a partir da análise dos resultados dos projetos. Segundo estudos do BID (1997), os resultados do projeto, e o consequente sucesso, se devem em parte ao seu desenho, e em parte a sua execução eficaz.

Na seção anterior preocupou-se em demonstrar didaticamente a formulação de projetos a partir do Método do Marco Lógico. Nos próximos capítulos, pretende-se demonstrar como projetos desenhados a partir da metodologia, atingem seus objetivos propostos, e quando não, o resultado está

diretamente ligado a problemas de execução. A análise do Programa Territórios da Cidadania (região do Vale do Ribeira no Paraná), do Governo Federal criado em 2008, serve como exemplo de aplicação prática da discussão.

No segundo capítulo pretende-se formar uma discussão em torno da Região escolhida – o Vale do Ribeira Paranaense. Abordaremos aspectos gerais da região, com destaque para os problemas de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social, além da análise quantitativa dos mesmos. O objetivo é demonstrar sua importância como campo de aplicação de programas e projetos de desenvolvimento, construídos a partir da MML.

É interessante ressaltar o papel dos responsáveis pela execução do projeto. O insucesso de programas públicos, com o objetivo de desenvolvimento regional e elaborados a partir da MML, resultam da má administração operativa, na fase de aplicação das etapas propostas. O gerenciamento deve estar ligado a ações transparentes, com responsabilidade executiva e desempenho coordenado (EVO, 1997, p. 3).

2 VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

2.1 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira, no Paraná, se apresenta como uma região com baixo desenvolvimento econômico e com elevado índice de problemas sociais. Nos últimos anos chamou a atenção dos órgãos públicos e privados devido à emergência na criação de políticas que visem a diminuir as diferenças com as demais cidades do estado. É nesse aspecto que o Vale tem se tornado alvo de vários projetos e programas, com cunho de crescimento e desenvolvimento, principalmente voltados ao aumento do emprego e da renda local.

Em 2008, o Governo Federal em parceria com os governos estadual e municipal, e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criou o Programa Territórios da Cidadania, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico da região onde é adotado. Desde o ano passado o Vale do Ribeira recebeu vários projetos que integram o programa, os quais serão detalhados no capítulo três do presente trabalho.

A partir da ferramenta da MML, procura-se verificar na prática sua contribuição para a elaboração do Programa Territórios da Cidadania no Vale do Ribeira no estado do Paraná. A análise tem como objetivo identificar a contribuição do método na elaboração, aplicação e resultados do programa. O Vale do Ribeira demanda o programa devido às suas necessidades estruturais, de baixo desenvolvimento e estagnação econômica. Ao mesmo tempo, o programa encontra na Região o ambiente ideal para avaliação de sua eficácia. Essa relação de reciprocidade fundamenta-se na Metodologia do Marco Lógico.

2.2 A REGIÃO

A região do Vale do Ribeira pertence à Região Metropolitana de Curitiba, divisa com a região sudeste do Estado de São Paulo. Abrange um total 32 cidades, sendo 25 localizadas em São Paulo e outras 7 no Paraná (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná), recebe este nome em função da bacia do Rio Ribeira de Iguape. Em 1999 foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, devido

principalmente a concentração da maior parte da Mata Atlântica do Brasil e pela sua grande biodiversidade. Nesta área encontramos ainda importantes comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e imigrantes.

Apesar de estar situada entre duas grandes regiões metropolitanas, Curitiba e São Paulo, o Vale esteve historicamente isolado. O motivo principal desta situação são as características do meio físico, existe dificuldade de acesso devido ao relevo ondulado e montanhoso, com grandes desníveis e terras acidentadas.

A população total do território do Vale do Ribeira no estado do Paraná é de 99.390 habitantes, dos quais 44.416 habitantes vivem na área rural, o que corresponde a 44,95% do total. Com exceção das cidades de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, a região apresenta uma concentração populacional na área rural, e a densidade populacional média da região é relativamente baixa, com 139,89 hab./Km².

A economia da região é voltada para agricultura familiar, extração mineral, vegetal e animal. Outra atividade econômica que vem crescendo nos últimos anos é o turismo. A região possui grande potencial devido à preservação da Mata Atlântica, rica hidrografia, existência de montanhas, grutas e cachoeiras que aliado as características da população, cultura rica e diversificada, criam um grande mercado para exploração do turismo rural.

Esta região desperta especial interesse por estar situada junto a duas das regiões mais ricas do país e, no entanto, apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que vai ao sentido contrário da progressão verificada no entorno. Além disso, essa disparidade se verifica também na renda *per capita* local.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador utilizado por vários países como forma de medir o desenvolvimento econômico e regional, ele engloba três fatores: a educação (taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais e taxa de frequência escolar nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, em relação à população de 7 a 22 anos de idade), a longevidade (esperança de vida ao nascer) e a renda (PIB *per capita* em dólar com paridade do poder de compra).

Em um estudo realizado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o PNUD

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), divulgado em Setembro de 2008, foi apresentado um comparativo do IDH dos estados brasileiros, sendo que o Paraná obteve maior avanço nesse ranking, comparado a períodos anteriores. O Estado paranaense, que em 2002 obteve a nota 0,746, passou a contar com a nota 0,765 em 2005 demonstrando avanços significativos principalmente na área da educação. Apesar deste avanço recente, observam-se regiões, como o Vale do Ribeira, com níveis consideravelmente inferiores de desenvolvimento em relação às demais regiões do Estado.

O baixo índice do IDH da região do Vale da Ribeira, em comparação com as demais cidades do estado paranaense, representa esta inferioridade. Foram coletados dados estatísticos que corroboram a situação acima descrita, dados coletados de fontes como o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEADATA (base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil) e o FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

TABELA 2.1 – IDH DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ

Municípios	UF	IDHM-R 1991*	IDHM 1991*	IDHM-R 2000*	IDHM 2000*	IFDM - 2005 (emprego & renda) **	IFDM - 2005**
Adrianópolis	PR	0,549	0,613	0,566	0,683	0,222	0,482
Bocaiúva do Sul	PR	0,573	0,639	0,645	0,719	0,392	0,608
Cerro Azul	PR	0,52	0,568	0,577	0,684	0,467	0,484
Doutor Ulysses	PR	0,48	0,546	0,516	0,627	0,354	0,508
Itaperuçu	PR	0,543	0,606	0,590	0,675	0,444	0,570
Rio Branco do Sul	PR	0,584	0,627	0,639	0,702	0,523	0,633
Tunas do Paraná	PR	0,524	0,582	0,594	0,686	0,574	0,709

* FONTE: PNUD

** FONTE: IPEADATA

IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal

IDHM-R: Índice de desenvolvimento humano municipal para renda

Conforme a tabela acima, o índice IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal) abrange, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber: emprego/renda, educação e saúde. A leitura dos resultados - por áreas de desenvolvimento ou do índice final - é bastante simples: varia entre zero e a unidade, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da região.

Quando comparado com as demais cidades paranaenses, podemos verificar as divergências existentes na distribuição da renda da população que

reside na região do Vale do Ribeira. No ano de 2006 o PIB *per capita* do Brasil era de R\$ 12.688, enquanto que o PIB *per capita* do Paraná alcançou o seu patamar máximo de R\$ 13.158, já as sete cidades que compõe o Vale do Ribeira obtiveram um PIB *per capita* de R\$ 8.635. Uma análise mais detalhada demonstra que mesmo dentro dessa região há significativas desigualdades. A cidade de Itaperuçu, situada a apenas 30 km de Curitiba, apresentou em 2006 um PIB per capita de R\$ 3.606, segundo pior índice do estado perdendo apenas para a cidade de Piraquara (R\$ 3.206). Os municípios de Adrianópolis (R\$ 5.180), Bocaiúva do Sul (R\$ 6.400) e Cerro Azul (R\$ 6.731) apresentam, para o ano de 2006, índices menores que os encontrados nos estados do nordeste, área considerada de baixo IDH e desenvolvimento econômico (IBGE, 2006).

TABELA 2.2 – PIB PER CAPITA – VALE DO RIBEIRA/2006

PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> DO BRASIL, PARANÁ E REGIÃO DO VALE DA RIBEIRA – 2006				
ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> (PREÇOS CORRENTES)			
	Unidade	Brasil	Paraná	Vale do Ribeira/PR
2006	R\$	12.688	13.158	8.635

FONTE: IBGE/IPARDES - Contas Regionais do Brasil

NOTA: Montagem própria.

Os atores que fazem parte de toda a problemática aqui envolvida são além de Governos Federal, Estadual e Municipal, instituições de apoio às regiões consideradas patrimônio natural, sócio-ambientais e culturais da humanidade como se denomina a região do Vale da Ribeira. E de maneira geral a população local, a qual vem a ser o ator principal da situação em que se encontra esta região paranaense.

2.3 CAUSAS DO BAIXO DESENVOLVIMENTO

As causas históricas do baixo desenvolvimento podem estar ligadas as condições naturais da região. O relevo acidentado produz uma influência na infraestrutura, as estradas sinuosas são de difícil acesso e manutenção. Por ser um local predominantemente agrícola, a prosperidade de sua atividade econômica está intimamente relacionada com as características da geografia e do clima. A agricultura familiar não se desenvolve, em parte, devido à dificuldade de escoamento da produção, com estradas em péssimas condições e falta de

rodovias que possam interligar aos principais centros urbanos, e em parte devido às leis de preservação ambiental.

Não obstante, mesmo em uma visão das mais otimistas, na qual o aspecto físico possa ser hipoteticamente negligenciado, os agricultores desta região não possuem infraestrutura suficiente para servir como pólo fornecedor de produtos primários. A agricultura familiar praticada passa a ser um agravante da situação, pois ela é caracterizada por pequenas extensões de terra, independentes, com tecnologias rudimentares e com sua produção destinadas para o autoconsumo (PEIXOTO, 1998, p. 42).

O problema aumenta quando verificamos que quase não há produção industrial na região. Isso se deve às leis de proteção ambiental, grandes instalações de indústrias e grandes projetos agrícolas não podem ser praticados. Essas atividades encontram barreiras no meio ambiente. As prefeituras dos municípios do Vale encontram dificuldade em aliar crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, principalmente com a falta de ajuda de outras instituições públicas e privadas. O principal argumento está na falta de emprego, em todos os setores.

A falta de perspectivas para a região levou a criação nos últimos anos de bolsões de pobreza, tanto na área rural quanto urbana. Segundo o IBGE, em 2000 o estado do Paraná possuía uma *taxa de pobreza*¹ de 20,87%. Já para o nível nacional, segundo o Censo Demográfico de 2000, houve um índice de 33,90%, muito inferior ao encontrado na região do Vale do Ribeira - média de 40,18%. Somente o município de Doutor Ulysses apresenta quase 60% de sua população com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*.

TABELA 2.2.1 –VALE DO RIBEIRA PR – TAXA DE POBREZA (%)

Adrianópolis	43,44
Bocaiúva do Sul	29,02
Cerro Azul	48,66
Doutor Ulysses	57,29
Itaperuçu	35,64
Rio Branco do Sul	31,87
Tunas do Paraná	35,35

FONTE: IPARDES 2000

¹ Taxa de pobreza: quociente entre o número de famílias pobres (famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo) e o total de famílias residentes no Estado. Conceito elaborado durante a Oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, em Belo Horizonte – MG (2003).

A falta de investimentos e o descaso com a região por parte do setor público e privado gerou um retrocesso ao longo dos anos. Outras situações como a falta de saneamento básico, baixo nível de escolaridade da população, falta de oportunidades de emprego e de ocupação da mão-de-obra como fonte geradora de renda, caracterizam-se como causas do baixo IDH.

2.4 CONSEQUÊNCIAS NO CURTO E NO LONGO PRAZO

A renda familiar baixa gera falta de perspectivas por parte da população e oportunidades de negócios, que aliado a proximidade de outros centros urbanos como Curitiba e São Paulo favorece a perda populacional. Este processo migratório, conforme dados do IBGE e do IPARDES, pode chegar até o ano de 2010 a uma tendência de diminuição populacional acentuada principalmente nos municípios de Adrianópolis e Rio Branco do Sul.

TABELA 2.3.1 – FLUXO MIGRATÓRIO - VALE DO RIBEIRA PR					
	1980	1990	2000	2005	2010
Adrianópolis	11.096	8.935	7.006	4.866	3.803
Bocaiúva do Sul	12.119	10.657	9.047	9.691	10.073
Cerro Azul	20.003	21.073	16.345	18.283	18.474
Doutor Ulysses	---	---	5.984	6.989	7.569
Itaperuçu	---	---	19.139	29.273	37.542
Rio Branco do Sul	31.767	38.296	29.321	20.695	18.864
Tunas do Paraná	---	---	3.615	4.766	5.535

FONTE: IPARDES 2000

Há grande concentração de pequenas propriedades rurais o que leva a produção de subsistência, e mesmo quando há produção excedente para ser comercializada, seja de bens agrícolas ou oriundos da extração, existe o problema de como escoar esta produção. As condições das estradas são precárias e de difícil manutenção, há pouco investimento na estrutura viária da região. Outro grave problema é a falta de perspectivas para os jovens, praticamente não existem opções de ensino superior e mesmo para os que possuem maior nível de escolaridade a oferta de emprego qualificado é escassa. Outros fatores também aparecem como consequências da baixa renda, como a falta de energia elétrica (20% dos domicílios não possuem) e o alto índice de trabalho infantil.

Abaixo seguem de maneira mais clara as consequências da problemática estudada:

- Falta de perspectivas e qualidade de vida;
- Falta de oportunidades de negócios e emprego;
- Bolsões de pobreza tanto na área rural como na urbana;
- Perda populacional, alto nível de migrações;
- Estradas com condições precárias;
- Trabalho infantil.

2.5 POLÍTICAS ALTERNATIVAS

Um aumento significativo da renda per capita traz profundas modificações na região do Vale do Ribeira Paranaense. A partir do momento em que a renda disponível da população se eleva, todos os demais setores da economia sofrem mudanças, principalmente no setor produtivo. No curto prazo, esse incremento gera uma maior demanda por bens de consumo levando a um aumento da demanda para a indústria e comércio local, os quais através da ampliação da produção fomentam a criação de empregos e renda de modo geral. Nasce assim as bases para o crescimento sustentado, visto que esse processo faz parte de um ciclo onde a renda é ponto inicial e final.

Alternativa viável para aumentar a renda da população, no longo prazo, é a melhoria da educação nos municípios. Este tipo de política de longo prazo envolve tanto as prefeituras quanto o governo estadual, sendo que a criação de creches, escolas e colégios são consideradas um investimento em qualificação da mão-de-obra. Devido à baixa disponibilidade de recursos destinados a projetos que envolvam grande infraestrutura, pode-se como alternativa aumentar o número de vagas nas escolas e melhorar o transporte público para os estudantes. O Governo Federal, em parceria com o estado e os municípios, vem desenvolvendo projetos nessa área como o Programa Dinheiro Direto na Escola e Projovem Campo – Saberes da Terra. São projetos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e com previsão de implantação ao longo de 2009.

Outra alternativa viável e de retorno mais rápido se dá através do turismo. Desde 1990 existem projetos que visam incentivar o turismo como fonte adicional de renda aos cidadãos do campo. Em 2005 o Governo Estadual firmou um convênio com o Governo Federal visando à promoção do programa Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), baseando na capacitação e qualificação dos

agricultores, e desenvolvido em conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Turismo e do Meio Ambiente. Este projeto disponibiliza instrumentos como recursos para investimentos, capacitação, assistência técnica e extensão rural.

Assim verificamos que há vários meios para superar problemas locais e alcançar o desenvolvimento econômico sustentado, os quais dependem da elaboração de projetos eficazes e recursos disponíveis por parte tanto do setor público quanto privado, além da mobilização da população envolvida. Nesse contexto verificamos um histórico de ações individuais, com a pretensão de sanar problemas específicos. Pode-se observar nas últimas décadas a falta de projetos integrados, ações conjuntas que permitissem mudanças e resultados significativos de desenvolvimento.

Com base nessa situação, o Governo Federal, em parceria com outros órgãos públicos, criou em 2008 o Programa Territórios da Cidadania. O foco deste programa está na coordenação integrada entre os governos federal, estadual e municipal e a população civil, com o objetivo de atender aos principais problemas locais. O próximo capítulo traz uma análise mais detalhada do Programa, apresentando conceitos gerais, informações sobre sua aplicação no Vale do Ribeira, além da análise dos dados quantitativos. O comparativo das metas iniciais e os resultados obtidos desde sua criação finalizam o capítulo, trazendo a discussão sobre os problemas da elaboração e execução do Programa.

3 PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O *Programa*² Territórios da Cidadania foi criado em fevereiro de 2008 pelo Governo Federal e concentra a aplicação de recursos federais e estaduais nas áreas consideradas carentes. Foi elaborado para promover o desenvolvimento regional e universalizar ações básicas de cidadania nos locais que mais precisam, especialmente o meio rural.

“O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia” (Site Portal da Cidadania – Governo Federal, 2008).

Surge como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, com a participação da população envolvida, sendo definido pela Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) como um programa de inserção dos municípios mais isolados e menos desenvolvidos nas políticas públicas. Para a secretária executiva do Fórum do Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (PR), Tosca Zamboni³, o programa tem um processo de gestão participativa, o qual viabiliza o diálogo direto com os ministérios, de forma a otimizar os recursos destinados aos territórios.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa tem o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no meio rural, a inovação que o programa traz está justamente na gestão social dos recursos federais. A maior participação da sociedade nas políticas públicas visa suprir a lacuna na relação União, estados, municípios e sociedade. Além da participação da sociedade civil, conta com a contribuição dos estados e dos municípios para definir as obras e serviços em cada território, atendendo de forma específica as necessidades locais.

“O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios

² “... el término << proyecto >> describe un proyecto – un grupo de actividades con vistas a alcanzar un objetivo específico en un tiempo dado – y un << programa >> - una serie de proyectos cuyos objetivos reunidos contribuyen al objetivo global común, a niveles sectorial, nacional e incluso multinacional.” (COMISION EUROPEA, 2001, p. 3).

³ Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (PR) divulgado e realizado pelo INCRA, disponível em <www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid>.

demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões” (Revista Territórios da Cidadania 2009, p. 3).

Inicialmente o Programa previa atender 60 territórios em todo o Brasil, sendo dois no estado do Paraná. Em 2009 houve a extensão para 120 territórios rurais beneficiados, dos quais quatro no Paraná: o Cantuquiriguaçu, Vale do Ribeira, Norte Pioneiro e Paraná Centro, que juntos envolvem os municípios de mais baixo IDH do Estado.

O Governo Federal desenvolveu um portal na internet para acompanhamento do Programa Territórios da Cidadania e suas ações em todo o país. Através deste site podemos verificar o andamento dos projetos bem como a aplicação dos recursos públicos, além de obter informações sobre cada território e que ministérios participam.

3.1 METODOLOGIA E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Programa Territórios da Cidadania conta com a participação de 22 ministérios em 2009 (três a mais que em 2008) além de outros órgãos do Governo Federal, e tem como fator principal a participação popular em sua gestão, manifestado através dos Colegiados Territoriais.

Vários estados adotaram o Programa como instrumento de planejamento e execução de políticas públicas. Ao todo em 2009 serão 1852 municípios beneficiados, o que representa 33% dos municípios brasileiros. Serão 42,4 milhões de pessoas, 23% do total da população brasileira (Revista Territórios da Cidadania, 2009, p. 12).

Em 2008 foram previstas 180 ações e para 2009 estão previstos 203 ações em todo o Brasil. As ações são divididas em 3 eixos de programas: de apoio às atividades produtivas, de cidadania e acesso a direitos, e de qualificação da infraestrutura. Podem ainda ser subdivididas nos seguintes grupos: organização sustentável da produção, total de 74 ações; direitos e desenvolvimento social, total de 15 ações; saúde, saneamento e acesso à água, total de 29 ações; educação e cultura, total de 46 ações; infraestrutura, total de 13 ações; apoio à gestão territorial, total de 13 ações; e ações fundiárias, total de 13 ações.

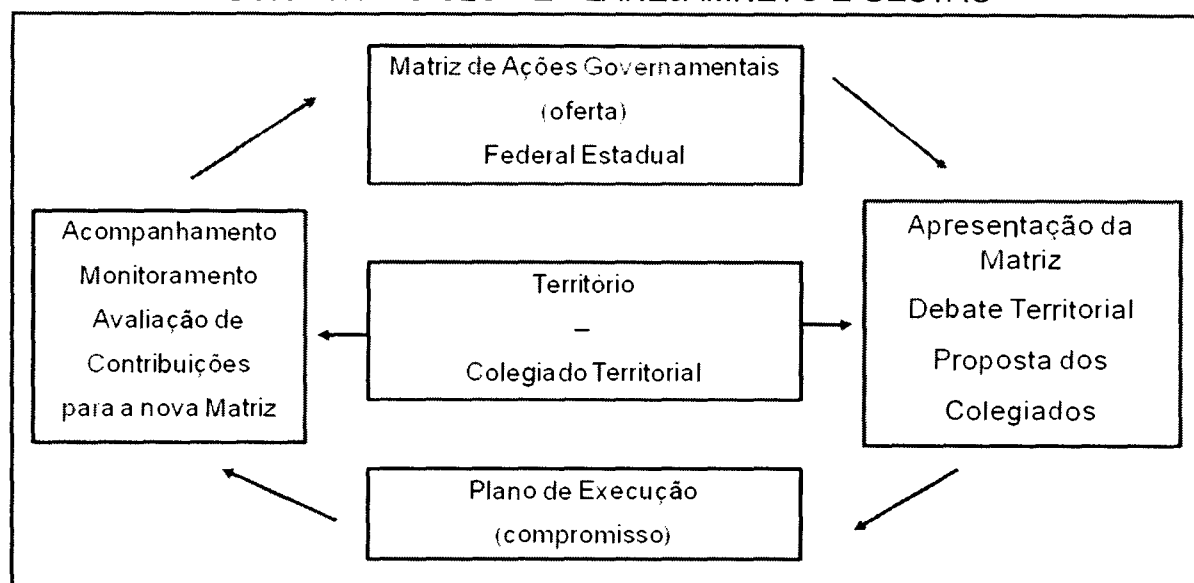
A gestão do Programa obedece à seguinte hierarquia:

- O Comitê Gestor Nacional reúne os Ministérios parceiros, define os Territórios atendidos, aprova diretrizes, organiza as ações federais e avalia o Programa;
- O Comitê de Articulação Estadual, composto pelos órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios, apóia a organização dos Territórios, fomenta a articulação e a integração de políticas públicas e acompanha a execução das ações do Programa.
- O Colegiado Territorial, composto paritariamente por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada em cada Território, é o espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território. Ele define o plano de desenvolvimento do Território, identifica necessidades, pactua a agenda de ações, promove a integração de esforços, discute alternativas para o desenvolvimento do Território e exerce o controle social do Programa.

O Governo Federal apresenta todo ano a Matriz de Ações, na qual está descrita o conjunto de propostas ou de ações, com dados descritivos e metas físicas e financeiras para cada Território. Após a apresentação da Matriz o Colegiado Territorial inicia o Debate Territorial, onde são discutidas as ações, demandas e/ou prioridades. É nesta etapa que também é definido uma agenda de articulação do Colegiado com os municípios para atender futuras demandas específicas.

Após o Debate o Governo incorpora os ajuste e complementações à Matriz de Ações. O resultado é o Plano de Execução, base para o controle e monitoramento da realização das ações propostas. O controle das ações do Plano é feito através do Relatório de Execução, o qual detalha as fases da execução física e financeira, os riscos, as restrições e as providências adotadas.

FIGURA 3.1 – CICLO DE PLANEJAMNETO E GESTÃO



FONTE: Revista Territórios da Cidadania, 2009, p. 5.

A forma de acesso aos recursos do Programa se dá através de iniciativa das prefeituras. Os prefeitos apresentam projetos viáveis, que atendam a maioria da população pobre nos meios rural e urbano, com a finalidade de receber os recursos disponíveis. A responsabilidade de execução é função dos municípios, sendo necessário que haja organização e compromisso da sociedade e das prefeituras. O conjunto de ações é fator de equilíbrio para diminuir as diferenças regionais, objetivo central do programa.

Alguns critérios de seleção devem ser preenchidos como: ser território rural conforme definição do Ministério do Desenvolvimento Agrário; IDH; número de beneficiários do Bolsa Família; concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, populações quilombolas, indígenas e de pescadores; ruralidade; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); mínimo de dois e máximo de oito Territórios da Cidadania por Unidade da Federação.

Para citar alguns exemplos de projetos desenvolvidos e adotados pelo programa temos: Bolsa Família, Luz para Todos, Crédito Pronaf, Programa Saúde da Família, Programa Caminho da Escola, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Brasil Alfabetizado, entre outros projetos e programas.

3.2 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO VALE DO RIBEIRA - PR

No Paraná são ao todo 74 municípios beneficiados com o Programa Territórios da Cidadania, sendo sete deles no Vale do Ribeira, região pobre do Estado com baixo IDH.

O Programa foi lançado na Região do Vale do Ribeira no dia 3 março de 2008, na cidade de Cerro Azul, prevendo um total de 47 ações para aquele ano. O programa elaborado contava com a participação de 13 ministérios, e o valor previsto em recursos era de R\$ 40.756.645,86.

Dentre os projetos de maior destaque estão os de apoio ao trabalhador rural, sendo os agricultores familiares e as comunidades tradicionais os maiores beneficiados. Para o Crédito Pronaf, segundo o Plano de Execução, foram disponibilizados R\$ 6,9 milhões em 2.400 contratos. O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) previa a destinação de R\$ 448 mil para a compra de 918 toneladas de alimentos que seriam distribuídas entre as escolas e creches da região, beneficiando 108 agricultores familiares do território. O Programa Bolsa Família pretendia, para 2008, atender 8.144 famílias com R\$ 7 milhões (Relatório de Execução, 2008, p. 2).

Em infraestrutura, o Programa Luz Para Todos tem destaque devido à grande demanda dessa região e aos elevados investimentos que previam o programa, cerca de R\$ 4,9 milhões com 731 ligações de energia. Além deste, o Programa Planos Habitacionais de Interesse Social (FHINS-2008) também faz parte dos projetos voltados à infra-estrutura. O FHINS tem como objetivo específico viabilizar recursos financeiros para a realização de ações e atividades necessárias à formulação ou implementação de investimentos habitacionais (Matriz de Ações 2008, p. 85). Os municípios têm acesso aos recursos a partir da apresentação de projetos que atendam o objetivo do programa.

É na área de Organização Sustentável da Produção onde se conta com maior número de projetos. O setor é responsável pelo aumento da renda no curto prazo, visto contar com projetos de aumento de produção e geração de oportunidades de negócios e empregos, voltados ao meio rural. Ações como o Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos, Formação em Cooperativismo e Comercialização e Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais são importantes para o Vale do Ribeira, principalmente

devido as características físicas da região, ao grande número de pequenas propriedades e ao baixo avanço na produção agrícola. Incentivos ao cooperativismo e criação de associações são responsáveis pelo aumento da produção e ampliação do mercado consumidor, visto que há perspectivas de exportação da produção.

Na área da Educação o Programa previa para 2008 sete projetos, entre eles o Programa Arca das Letras e o Projeto Construção de Escolas no Campo. A escolha destas ações demonstra o objetivo de atender as demandas locais, procurando sanar problemas específicos de cada cidade. No Vale do Ribeira o componente educação do IDH apresenta desempenho inferior e, junto com o componente saúde, é responsável pelo baixo desenvolvimento da região. Assim, ações voltadas para a ampliação do acesso à educação e melhoria desta atendem uma importante demanda local, e no longo prazo representa avanços significativos nos dados do IDH.

Outro investimento significativo é a implantação de serviços de saneamento básico em áreas especiais, como as comunidades quilombolas, com um total de 477 famílias beneficiadas e cerca de R\$ 1,2 em recursos (Relatório de Execução, 2008, p. 2).

Para o ano de 2009, o território do Vale do Ribeira no Paraná contou com 50 Ações especificadas no Plano de Execução do Programa, e a participação de 22 ministérios. A previsão de investimentos era de R\$ 42.727.410,22, dentre os quais recursos dos governos federal e estadual. Desse total cerca de 50% dos recursos são do orçamento do governo do Paraná. Além dos investimentos disponíveis, o território do Vale do Ribeira conta com recursos extras do SEBRAE Nacional que destinou R\$ 1 milhão, para ser aplicado em capacitação, gestão e formação de empreendedorismo até 2010. Para reforçar esse orçamento no Estado, o SEBRAE-PR agregou mais R\$ 860 mil em dois projetos aprovados que devem ser executados na região também até 2010 – (SEBRAE-PR).

A inovação para este ano está na modificação da estruturação, as ações passam a ser divididas por ministério e não mais por eixos ou subgrupos do programa. A vantagem está na maior delimitação da alçada dos diferentes responsáveis, tanto pela elaboração como pela sua aplicação no território. O objetivo é fazer com que as articulações entre os órgãos sejam mais direta e menos burocrática. Obedecendo a hierarquia entre as unidades, pode-se observar

maior dinâmica nas relações entre os Colegiados Territoriais e os Ministérios, pertencentes ao Comitê Gestor Nacional.

O Programa prevê a inclusão de novas ações em diversas áreas. Na educação houve um aumento do número de projetos, de sete para dez, incluindo importantes demandas como: o Programa Dinheiro Direto na Escola, com a finalidade de assistência financeira para melhorar a infraestrutura; o Programa de Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas e Indígenas, dando mais atenção à preservação da cultura local e aumentando o acesso dessas comunidades; e o projeto de Expansão das Escolas Técnicas, importante ação visto quase não existir instituições de ensino superior.

A criação do projeto Aquisição de Produtos Agropecuários traz um incentivo para a diversificação da produção e aumento da renda, garantido aos produtores, via aquisição direta pelos órgãos públicos, o preço de mercado pelos seus produtos.

Outro avanço do Programa está na inclusão direta do Ministério do Meio Ambiente, por meio do projeto Atlas Regiões Metropolitanas – Abastecimento Urbano de Água. O projeto prevê ações de gestão para promover o diagnóstico das condições atuais de oferta de água, identificando as principais alternativas técnicas (produção de água e tratamento de esgotos) que garantam demandas no longo prazo.

O que se pode observar é que, de maneira geral, os projetos e programas elaborados pelo Governo Federal através do Programa Territórios da Cidadania atendem demandas locais importantes do Vale do Ribeira. A articulação entre os diversos órgãos públicos responsáveis e a comunidade envolvida na criação do Plano de Execução, faz com que os problemas locais mais emergenciais sejam trabalhados de várias formas. Essa integração permite que, com a implantação das ações nos diversos setores, haja resultados com ganhos de escala, onde, por exemplo, projetos voltados à expansão e melhoria da educação e da saúde, geram indiretamente oportunidades de aumento do emprego e renda. Os investimentos, quando direcionados de forma coordenada, com ampla abrangência de setores e de forma a sanar barreiras de crescimento, geram um ciclo de expansão que é sustentado pela própria demanda local.

3.3 ANÁLISE DO PROGRAMA DESDE SUA CRIAÇÃO – RESULTADOS

No Programa Territórios da Cidadania, o Plano de Execução previa para o ano de 2008 um total 47 ações, com a previsão de investimentos de R\$ 40.756.645,86. Até o dia 31 de agosto de 2009, foram realizadas 45 ações, com um valor previsto de R\$ 40.735.945,86 - segundo informações divulgadas pelo Governo Federal através do Portal da Cidadania.

Para o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Reni Denardi⁴, o Paraná, que havia previsto um orçamento de R\$ 196 milhões para serem investidos nos territórios, realizou cerca de R\$ 156 milhões, o que correspondeu a 80% do total previsto. O volume de recursos aplicados ficou acima da média nacional. Segundo o Ministério, para todo o país havia uma disponibilidade de gasto da ordem de R\$ 13 bilhões e foram efetivamente gastos R\$ 9,3 bilhões, cerca de 72% do total previsto.

Do total de ações previstas para 2008 somente 14, das 47 ações, foram 100% executadas, ou seja, receberam os recursos em sua totalidade, houve a preparação e o planejamento, iniciaram-se as obras e/ou serviços e estes foram concluídos. A relação destes projetos é descrito na tabela abaixo:

⁴ Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Paraná, Reni Denardi, *disponível em* <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=45520>>.

TABELA 3.3.3 (A)– AÇÕES 100% CONCLUÍDAS ATÉ 31/08/2009 (2008)

Território - Vale do Ribeira - PR	Previsto		Realizado Físico (Jan/2008 - Ago/2009)			Realizado Financeiro (Jan/2008 - Ago/2009)	
	Meta Física	Orçamentário	Recebimento	Análise e contratação	Execução	Empenhado/Pago	
Projetos das Unidades da Embrapa com foco nos Territórios Rurais	1	19.111,11	100,00%	1	100,00%	19.111,11	100,00%
Programa Luz Para Todos	731	4.929.133,00	Ligações de Energia Elétrica - 1897 - 259,51%			10.414.530,00	211,29%
ATER/Agricultores Familiares (Agricultores familiares assistidos)	2159	633.429,56	100,00%	2159	100,00%	790.985,80	124,87%
Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	1	81.263,00	100,00%	1	100,00%	81.263,00	100,00%
Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais	1	70.000,00	100,00%	1	100,00%	39.620,00	56,60%
Programa Arca das Letras (Bibliotecas implantadas)	5	2.941,18	100,00%	5	100,00%	2.941,18	100,00%
Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	1151	276.240,00	Crianças e Adolescentes Atendidos - 1183 - 102,78%			302.700,00	109,58%
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	918	1.164.917,81	Toneladas de alimentos - 1183 - 128,87 %			1.057.940,30	90,82%
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	823	3.977.806,00	Pessoas com Deficiência atendidas - 931 - 113,12%			4.326.007,99	108,75%
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	273	1.319.491,00	Pessoas idosas atendidas - 302 - 110,62 %			1.425.006,36	108,00%
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	7	237.570,00	Municípios - 7 - 100,00%			184.029,93	77,46%
Programa de Atenção Integral à Família	2500	54.000,00	Famílias Referenciadas - 89.666 - 3.586,64 %			1.931.400,00	3576,67%
Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda em Base Territorial (PlanTeQ's)	49	22.951,60	Pessoas Capacitadas - 49 - 100,00%			22.951,60	100,00%
Ampliar a cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à população dos Territórios da Cidadania	146	932.817,31	Agentes Comunitários Mantidos - 150 - 102,74%			1.376.970,00	147,61%

FONTE: Relatório de Execução – Território da Cidadania (Matriz 2008).

Com relação às demais 33 ações previstas para 2008, 13 encontram-se com mais de 50% de avanço, ou seja, possui mais da metade da ação concluída.

Dependendo das características dos projetos, há a necessidade da preparação e depois o planejamento, e por fim a execução. Esse é caso do projeto Modernização de Bibliotecas Públicas, que depende de estudo das atuais condições das bibliotecas dos municípios, na qual seja feita uma pesquisa para depois ser elaborado um plano de modernização. A relação destes projetos é descrito na tabela abaixo:

TABELA 3.3.3 (B)– AÇÕES >50% CONCLUÍDAS ATÉ 31/08/2009 (2008)

Território - Vale do Ribeira - PR	Previsto		Realizado Físico (Jan/2008 - Ago/2009)			Realizado Financeiro (Jan/2008 - Ago/2009)	
	Meta Física	Orçamentário	Recebimento	Análise e contratação	Execução	Empenhado/Pago	
Modernização de Bibliotecas Públicas	5	275.000,00	100,00%	5	100,00%	275.000,00	100,00%
Caminho da Escola	4	2.730.630,00	Municípios atendidos - 3 - 75 %			363.825,00	13.32 %
ProInfo Rural e Urbano	15	199.500,00	226.67 %	34	226.67 %	91.219,34	45.72 %
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	2	260.166,00	100,00%	2	100,00%	260.166,00	100,00%
Formação de Agentes de Desenvolvimento - Formação Específica	40	20.000,00	150,00%	60	150,00%	20.000,00	100,00%
Formação em Cooperativismo e Comercialização	35	25.300,00	100,00%	35	100,00%	25.300,00	100,00%
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	3	1.152.000,00	133.33 %	3	100,00%	948.902,00	82.37%
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	3	49.485,94	100,00%	2	66.67 %	6.707,06	13.55 %
Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	50	151.000,00	100,00%	50	100,00%	151.000,00	100,00%
Elaboração de Plano Safra Territorial	1	32.000,00	100,00%	1	100,00%	32.000,00	100,00%
Crédito Pronaf	2493	6.965.871,00	Contratação dos financiamentos - 1.923 - 77.14 %			8.127.118,00	116.67 %
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	7625	7.201.262,00	Famílias atendidas - 6.881 - 90.24 %			7.355.029,00	102.14 %
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	14	409.400,00	Equipes implantadas - 11 - 78.57 %			478.875,00	116.97 %
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	20	1.927.978,40	Equipes de Saúde da Família Implantadas - 19 - 95 %			2.439.000,00	126.51 %

FONTE: Relatório de Execução – Território da Cidadania (Matriz 2008)

Com relação às demais ações, encontram-se em fase de preparação e planejamento ou ainda nem foram iniciadas. O projeto Construção de Escolas no

Campo, que até o dia 31/08/2009 não havia sido iniciado, tem seus recursos disponibilizados pelo governo federal, cerca de R\$ 870.000,00, e depende apenas da apresentação do projeto de viabilidade por parte dos municípios. Outro projeto na mesma situação é a ação Salas de Recursos Multifuncionais, que previa a instalação de equipamentos nas salas de uma escola municipal da cidade de Rio Branco do Sul, e que não foi realizado segundo o gestor responsável por atrasos na entrega dos recursos (Relatório de Execução 2008, p. 18).

Para 2009, segundo ano de aplicação do Programa Territórios da Cidadania, o orçamento previsto é de R\$ 42.727.410,22, sendo um total de 50 ações. Segundo o Portal da Cidadania, até o dia 31/08/2009 foram iniciadas e/ou realizadas 38 ações, com um valor total executado de R\$ 20.657.897,13.

Uma análise mais detalhada do Relatório de Execução 2009, demonstra que dos projetos previstos cerca de 25% ainda estão em fase de pesquisa e elaboração. Dos quatro projetos escolhidos pelo Colegiado Territorial como prioritários apenas um encontra-se na fase de conclusão, o ATER/Agricultores Familiares.

Segundo o SEBRAE-PR, resultados práticos das ações propostas pelo Programa no Vale do Ribeira podem ser visualizados por meio das feiras realizadas em todo o Brasil. Exemplo são as feiras Sabores do Paraná, Feira do Empreendedor de Londrina e 1º Encontro Internacional do Comércio Justo e Solidário no Rio de Janeiro. Todos esses empreendimentos contam com a participação de agricultores familiares assistidos pelo Programa e que encontraram novas formas para incrementar a renda.

CONCLUSÃO

Os programas e projetos são o ponto de partida para mudanças na situação atual de regiões com carência. É a partir desta situação que há motivação para criar os meios pelos quais se possa modificar a atual realidade. Assim os programas e projetos se apresentam como um conjunto de ações coordenadas e hierarquizadas, com certa finalidade especificada antes de sua aplicação e com o objetivo de mudar situações atuais, as quais são consideradas problemáticas. São através deles que os órgãos públicos e privados podem colaborar para o crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Nos programas e projetos em geral, a eficácia, e consequente sucesso, na aplicação dos projetos está ligada em parte à metodologia usada, e em parte ao processo de execução.

Nesta monografia foram apresentados alguns conceitos da Metodologia do Marco Lógico e do Programa Territórios da Cidadania. Também foi feito um estudo da aplicação deste programa na região do Vale do Ribeira no Paraná e dos resultados obtidos desde sua criação, baseado na metodologia como fonte de informação.

Podemos verificar que o Programa Territórios da Cidadania, como um programa elaborado a partir da Metodologia do Marco Lógico, vem apresentando resultados aquém do esperado. O uso da estrutura de gestão e execução, bem como a inclusão da população no desenho dos projetos, segue o padrão sugerido pela metodologia. Porém a parte operacional, responsabilidade dos órgãos locais, está sendo posta em risco devido às deficiências no gerenciamento.

Um balanço do Programa demonstra que recursos estão sendo destinados aos projetos que o integram, e que o governo está aberto a essas iniciativas, como podemos ver através do montante de investimentos repassados aos territórios selecionados. O envolvimento de vários ministérios também corrobora essa afirmativa, com a quantidade e diversidade de projetos que visam a atender as mais variadas necessidades locais. A inclusão da população, como parte ativa do processo decisório, também serve para ilustrar a importância que o Programa tem para seus criadores e principalmente para os beneficiários.

Assim a dificuldade para execução de determinados projetos, está principalmente nas barreiras locais encontradas pelos municípios. Um dos

problemas mais comuns, segundo o secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná Valter Bianchini⁵, está na dificuldade encontrada pelas prefeituras em obter pessoal qualificado para a parte de execução dos projetos.

Para ter acesso aos recursos destinados, os prefeitos devem apresentar projetos viáveis e que atendam a maior parte da população pobre. Porém, além disso, é necessário que haja organização e compromisso da sociedade civil e das prefeituras para que o conjunto de ações seja bem sucedido, fatores esses que não são planejados em nível nacional nem descritos na elaboração do Plano de Ação, mas sim como fator a ser definido em nível local, dentro dos municípios.

Nesse sentido, podemos verificar que as principais causas dos insucessos na realização dos projetos propostos estão na parte operacional, na execução por parte dos Colegiados Territoriais. A prefeitura, a partir do recebimento dos recursos, dá início à parte de identificação dos beneficiários, contratação da ação, instalação, indicação e preparação, início das obras e implantação, conforme as características dos projetos. É nesta etapa onde ocorre a estagnação da maioria dos projetos não realizados, como podemos verificar através do Relatório de Execução 2008 divulgado pelo Governo Federal.

A maior parte dos projetos previstos para o ano passado, que não foram iniciados até o início de 2009, envolvem conhecimento local e planejamento das prefeituras, como por exemplo o projeto Escolas no Campo, o qual previa a construção de escolas. Diferentemente de projetos que não demandam tanto conhecimento, elaboração e complexas etapas. Este é o caso do Programa Arca das Letras, o qual previa a implantação de bibliotecas e atualização do acervo já existente nas escolas e colégios dos municípios e que, segundo o Relatório de Execução 2008, obteve 100% dos resultados propostos.

Outro exemplo que pode ser citado é o Programa do Bolsa Família. Os resultados do programa na região foram alcançados em 100% - um dos principais fatores que contribuiu para isso foi à divulgação e empenho do Governo Federal. Para as prefeituras e órgãos locais a responsabilidade é de atender a demanda consequente da divulgação e efetuar a seleção e cadastro dos interessados. Já o Programa de Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil, o qual previa a implantação de farmácias

⁵ Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Valter Bianchini, *disponível em* <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=45520>>.

populares nas cidades pertencentes aos territórios, até este ano não havia apresentado nenhum avanço. Não houve sequer o planejamento e licitação das obras e escolha dos locais. O programa demanda pessoal qualificado para a elaboração dos projetos de construção e que pertençam ao município e ao Colegiado Territorial.

Podemos verificar que programas e projetos que demandem maiores esforços das entidades locais, como as prefeituras e colegiados, tendem a ficar delegados a segundo plano, não fazendo parte da pauta de prioridades do município. Na sua maior parte, são ações de infraestrutura com resultados de longo prazo e que demandam tempo maior para sua elaboração.

Por fim, é proposta uma estratégia para melhorar o índice dos resultados obtidos dos projetos que compõe o programa. Esta estratégia consiste em melhorar a parte operacional dos projetos, em específico a execução nas regiões onde é adotado, a partir da capacitação e qualificação do Colegiado Territorial. A partir do aperfeiçoamento dos responsáveis e das autoridades locais, como a prefeitura, é que se pode esperar que os objetivos sejam alcançados. Uma vez tratada a questão da qualificação dos executores, deve-se haver a participação da população para acompanhar o andamento dos projetos. Esta estratégia permite que a disponibilidade de pessoal capacitado e a participação da comunidade gerem maiores resultados e haja mais empenho e colaboração das prefeituras e órgãos públicos responsáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS: ESTADO DO PARANÁ. **Territórios da Cidadania**. Disponível em:

< <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=45520> > Acesso em 15 out. 2009.

BID (Banco Interamericano de Desarrollo). **Evaluación: Una herramienta de gestión para mejorar el desempeño de los proyectos**. Oficina de evaluación (EVO), 1997.

Comisión de las comunidades europeas. **Manual Gestión dei Ciclo de un Proyecto, Enfoque Integrado y Marco Lógico**. Serie métodos e instrumentos para la gestión dei ciclo de un proyecto. 2001.

MAGALHÃES, E. **Capitação de recursos e elaboração de projetos pelo Marco Lógico**. Revista Filantropia nº 27. Jan/fev 2008.

INCRA. **Vale do Ribeira e Territórios da Cidadania**. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?view=article&catid=1%3Aultimas&id=8932%3A0&format=pdf&option=com_content&Itemid=278> Acesso em 20 set. 2009.

IPARDES. **Perfil dos Municípios**. Disponível em:

< <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6> > Acesso em 15 out. 2009.

MELO, L. M. **Participação Social e Gestão Territorial no Alto Sertão Alagoano: Uma abordagem sobre o Programa Territórios da Cidadania**. UFAL. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da Família nos Territórios da Cidadania**. Revista Brasileira Saúde da Família. Ano IX, abr/jun 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Revista Territórios da Cidadania**. Disponível em:

< <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20485#> > Acesso em 12 out. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas Públicas para o Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/politicaspUBLICAS.pdf>> Acesso em 12 set. 2009.

ORTEGÓN, E.; PACHECO, J. F; PRIETO, A. **Metodología dei marco lógico para la planificación, El seguimiento y La evaluación de proyectos y programas**. Instituto Latinoamericano y dei Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES). Chile, 2005.

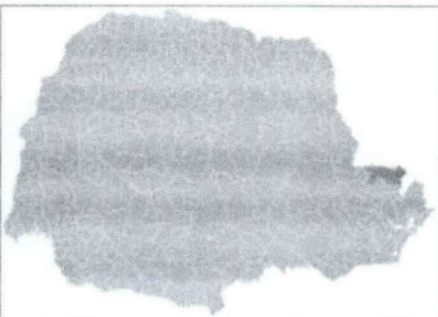
PEIXOTO, S. E. **A pesquisa e a agricultura familiar**. Revista Bahia Agrícola, vol.2, nº 3. Nov/1998.

UFPR. **Vale do Ribeira**. Disponível em:
<<http://www.valedoribeira.ufpr.br/>> Acesso em 10 ago. 2009.

WIKIPEDIA. Enciclopédia Online. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_Ribeira> Acesso em 15 ago. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	154 metros			
Desmembrado	Bocaiúva do Sul			
Instalação	15/11/1961			
Área Territorial (ITCG)	1.341,334 km ²			
Distância à Capital (SETR)	134,90 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	4.408	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	João Manoel Pampanini	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	7.007	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	6.709	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	6.856	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	3.713	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	863	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	2.555	
Matrículas na Creche	SEED	2007	-	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	120	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	1.347	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	384	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	2.507	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	1.958	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	53	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	553	
Produção de Mandioca	IBGE	2007	14.910	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2007	10.044	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2007	2.207	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	19.837	cabeças
Equinos	IBGE	2007	876	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	40.535	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	132	cabeças
Suínos	IBGE	2007	3.203	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	18.434.534	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	4.995.822	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	1.134.652	R\$ 1,00 (P)

VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	31.282	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	6.355.758	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	1.167.704	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	4.749.316	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	9.183.171,86	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	9.126.818,74	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	16.247,46	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2008	1.046	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	4.054	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	1.890	

INDICADORES

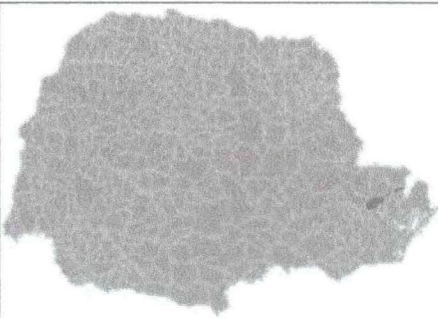
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	5,11	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,683	
Índice Iparades de Desempenho Municipal-IPDM	IPARDES	2007	0,4576	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	5.180	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,590	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	23,02	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	-2,69	%
Coeficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	37,04	mil (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	43,44	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	25,9	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	68.176.739,83	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Iparades.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 2 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA DO SUL

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	980 metros			
Desmembrado	Colombo			
Instalação	12/04/1871			
Área Territorial (ITCG)	825,757 km ²			
Distância à Capital (SETR)	41,60 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	7.107	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	Lucimeri de Fátima Santos Franco	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	9.050	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	9.533	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	9.989	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	3.083	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	738	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	3.265	
Matrículas na Creche	SEED	2007	51	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	221	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	2.067	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	342	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	3.948	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	3.573	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	179	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	1.301	
Produção de Milho	IBGE	2007	23.650	toneladas
Produção de Tomate	IBGE	2007	1.743	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2007	1.386	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	11.576	cabeças
Equinos	IBGE	2007	2.332	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	52.815	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	4.522	cabeças
Suínos	IBGE	2007	1.117	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	70.240.222	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	5.442.803	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	55.389.514	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	426.866	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	6.903.397	R\$ 1,00 (P)

VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	1.052.181	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	1.025.461	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	9.662.705,01	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	8.236.937,29	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	646.501,13	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2008	1.934	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	14.203	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	3.715	

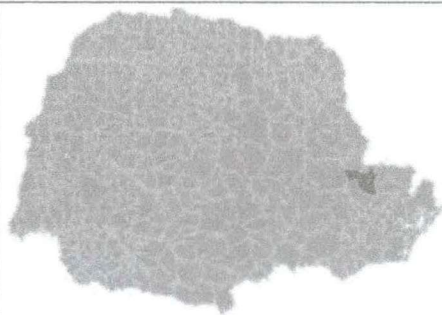
INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	12,10	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,719	
Índice IparDES de Desempenho Municipal- IPDM	IPARDES	2007	0,4685	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	6.400	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,550	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	39,36	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	1,68	%
Coeficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	36,81	mil (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	29,02	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	13,4	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	65.035.987,97	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IparDES.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 3 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	393 metros			
Desmembrado	Rio Branco do Sul			
Instalação	27/12/1897			
Área Territorial (ITCG)	1.341,323 km ²			
Distância à Capital (SETR)	84,56 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	11.748	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	Dalton Luiz de Moura e Costa	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	16.352	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	17.693	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	18.660	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	9.633	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	2.191	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	5.500	
Matrículas na Creche	SEED	2007	155	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	93	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	3.406	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	525	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	6.951	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	6.484	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	170	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	1.598	
Produção de Tangerina	IBGE	2007	160.232	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2007	41.050	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2007	19.580	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	22.806	cabeças
Equinos	IBGE	2007	2.521	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	107.772	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	348	cabeças
Suínos	IBGE	2007	13.072	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	43.646.054	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	12.927.480	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	5.246.752	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	177.535	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	20.242.061	R\$ 1,00 (P)

VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	1.414.196	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	3.638.030	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	15.605.884,92	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	15.702.403,58	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	350.611,12	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2008	2.432	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2008	52	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	8.667	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	4.386	

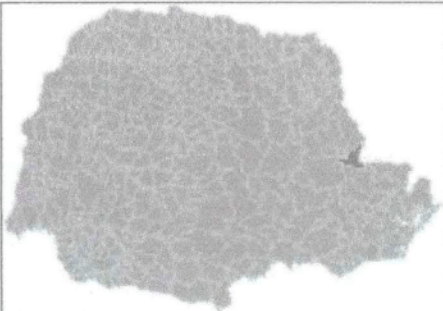
INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	13,91	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,684	
Índice Ipardes de Desempenho Municipal-PDM	IPARDES	2007	0,4219	
PIB Per Capita	IBGE/IPARDES	2006	6.731	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,620	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	23,95	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	0,18	%
Coefficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	11,63	mil (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	48,66	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	24,5	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	175.300.341,59	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Ipardes.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 4 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	800 metros			
Desmembrado	Cerro Azul			
Instalação	01/01/1993			
Área Territorial (ITCG)	787,320 km ²			
Distância à Capital (SETR)	131,45 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	4.507	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	Pedro Júnior Anselmo de Assis	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	6.003	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	5.956	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	6.145	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	4.099	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	917	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	1.954	
Matrículas na Creche	SEED	2007	28	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	56	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	1.353	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	217	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	3.391	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	3.289	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	45	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	505	
Produção de Tangerina	IBGE	2007	55.288	toneladas
Produção de Milho	IBGE	2007	21.854	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2007	5.658	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	10.343	cabeças
Equinos	IBGE	2007	1.691	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	75.717	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	787	cabeças
Suínos	IBGE	2007	10.310	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	8.746.849	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	1.995.792	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	463.788	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	21.931	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	6.081.705	R\$ 1,00 (P)

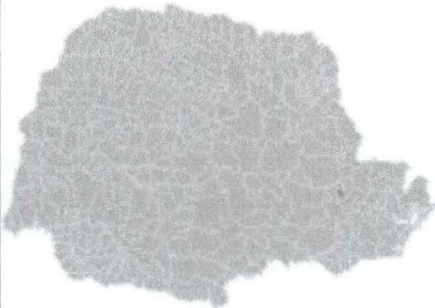
VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	183.304	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	329	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	...	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	...	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	23.570,51	R\$ 1,00
INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	FUNASA	2007	-	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	FUNASA	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	2.252	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	1.645	
INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	7,80	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,627	
Índice IparDES de Desempenho Municipal-IPDM	IPARDES	2007	0,3423	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	14.058	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,570	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	11,68	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	2,12	%
Coeficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	14,29	mil (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	57,29	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	24,2	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	95.030.610,57	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IparDES.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 5 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	1.000 metros			
Desmembrado	Rio Branco do Sul			
Instalação	01/01/1993			
Área Territorial (ITCG)	320,158 km ²			
Distância à Capital (SETR)	30,76 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	16.486	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	José de Castro França	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	19.344	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	22.021	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	23.501	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	7.910	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	1.914	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	6.022	
Matrículas na Creche	SEED	2007	124	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	485	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	4.191	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	746	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	6.831	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	5.303	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	230	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	1.966	
Produção de Milho	IBGE	2007	10.704	toneladas
Produção de Tangerina	IBGE	2007	10.638	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2007	967	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	4.689	cabeças
Equinos	IBGE	2007	968	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	39.330	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	310	cabeças
Suínos	IBGE	2007	4.324	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	72.103.348	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	7.068.322	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	39.431.562	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	1.225.144	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	22.606.261	R\$ 1,00 (P)

VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	1.693.321	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	78.738	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	15.986.720,40	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	14.875.508,06	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	15.035.310,85	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2008	5.286	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	22.566	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	6.269	

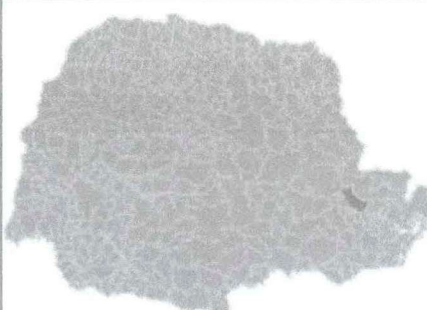
INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	73,40	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,675	
Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM	IPARDES	2007	0,4328	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	3.606	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,510	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	83,92	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	6,83	%
Coefficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	13,45	mil (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	35,64	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	15,8	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	28.385.400,24	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Iparades.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 6 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	892 metros			
Desmembrado	Cerro Azul			
Instalação	11/10/1947			
Área Territorial (ITCG)	816,712 km ²			
Distância à Capital (SETR)	28,36 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	23.612	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	Adel Ruts	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	29.341	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	31.486	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	33.142	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	10.753	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	2.623	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	9.276	
Matrículas na Creche	SEED	2007	123	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	301	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	6.956	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	1.261	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	12.067	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	10.661	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	351	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	4.170	
Produção de Milho	IBGE	2007	27.888	toneladas
Produção de Tangerina	IBGE	2007	13.411	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2007	1.844	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	18.892	cabeças
Equinos	IBGE	2007	1.385	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	69.009	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	469	cabeças
Suínos	IBGE	2007	9.103	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	706.023.184	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	9.928.727	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	570.663.882	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	1.758.260	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	82.167.248	R\$ 1,00 (P)

VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	3.031.960	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	38.473.107	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	30.217.110,26	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	32.636.060,89	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	79.756.618,29	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	Prefeitura	2007	-	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	Prefeitura	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	502.461	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	9.207	

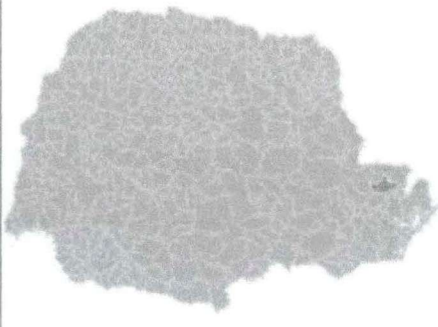
INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	40,58	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,702	
Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM	IPARDES	2007	0,4732	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	12.610	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,550	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	68,33	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	0,70	%
Coeficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	16,84	mil NV (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	31,87	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	16,7	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	77.506.163,98	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Iparades.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES

ANEXO 7 – PERFIL DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ

TERRITÓRIO				
INFORMAÇÃO				
Altitude	906 metros			
Desmembrado	Bocaiúva do Sul			
Instalação	01/01/1993			
Área Territorial (ITCG)	671,710 km ²			
Distância à Capital (SETR)	79,21 km			
ÁREA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Número de Eleitores	TSE	2008	3.824	pessoas
Prefeito(a)	TRE	2009	Jorge Luiz Martins Tavares	
ÁREA SOCIAL				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Censitária - Total	IBGE	2000	3.611	habitantes
População - Contagem (1)	IBGE	2007	5.921	habitantes
População - Estimada	IBGE	2009	6.753	habitantes
Pessoas em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	1.598	
Famílias em Situação de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	341	
Número de Domicílios - Total	IBGE	2000	1.193	
Matrículas na Creche	SEED	2007	67	alunos
Matrículas na Pré-escola	SEED	2007	83	alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	SEED	2007	1.578	alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2007	240	alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2007	-	alunos
ECONOMIA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
População Economicamente Ativa	IBGE	2000	1.128	pessoas
População Ocupada	IBGE	2000	1.023	pessoas
Número de Estabelecimentos - RAIS	MTE	2008	102	
Número de Empregos - RAIS	MTE	2008	1.599	
Produção de Milho	IBGE	2007	8.474	toneladas
Produção de Feijão	IBGE	2007	447	toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2007	1.035	toneladas
Bovinos	IBGE	2007	1.687	cabeças
Equinos	IBGE	2007	334	cabeças
Galináceos	IBGE	2007	5.677	cabeças
Ovinos	IBGE	2007	420	cabeças
Suínos	IBGE	2007	1.027	cabeças
Valor Adicionado Fiscal (VAF) - Total	SEFA	2007	40.774.888	R\$ 1,00 (P)
VAF - Produção Primária	SEFA	2007	10.682.300	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria	SEFA	2007	23.059.845	R\$ 1,00 (P)
VAF - Indústria - Simples Nacional	SEFA	2007	977.230	R\$ 1,00 (P)

VAF - Comércio/Serviços	SEFA	2007	4.301.429	R\$ 1,00 (P)
VAF - Comércio - Simples Nacional	SEFA	2007	1.228.941	R\$ 1,00 (P)
VAF - Recursos/Autos	SEFA	2007	525.143	R\$ 1,00 (P)
Receitas Municipais	Prefeitura	2007	10.582.103,59	R\$ 1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2007	9.427.979,14	R\$ 1,00
ICMS por Município de Origem do Contribuinte	SEFA	2008	515.928,28	R\$ 1,00

INFRA-ESTRUTURA				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Abastecimento de Água	SANEPAR	2008	1.087	unid. atend. (3)
Atendimento de Esgoto	SANEPAR	2007	-	unid. atend. (3)
Consumo de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	11.555	mwh
Consumidores de Energia Elétrica - Total	COPEL	2008	1.815	

INDICADORES				
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA	
Densidade Demográfica	IPARDES	2009	10,05	hab/km ²
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,686	
Índice Iparades de Desempenho Municipal-IPDM	IPARDES	2007	0,4185	
PIB <i>Per Capita</i>	IBGE/IPARDES	2006	11.860	R\$ 1,00
Índice de Gini	IBGE	2000	0,570	
Grau de Urbanização	IBGE	2000	39,35	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2000	2,67	%
Coeficiente de Mortalidade Infantil	SESA	2008	34,25	mil NV (P)
Taxa de Pobreza (2)	IBGE/IPARDES	2000	35,35	%
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais	IBGE	2000	28,1	%
Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	DERAL	2008	68.438.297,73	R\$ 1,00

- (1) Resultados da população residente em 1º de abril de 2007, encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 14 de novembro de 2007. Para os municípios com mais de 170.000 habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais) não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data.
- (2) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo Iparades.
- (3) Unidades (economias) atendidas é todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa (Adaptado do IBGE, CIDE, SANEPAR).

Convenção Utilizada	
...	Dado não disponível
-	Dado não existe
(P)	Dado preliminar

FONTE: IPARDES